



JORNAL CRP -06

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA • 6ª REGIÃO
Nº 81 - Ano 13 - MARÇO/ABRIL 1993

A regulamentação da profissão vai mudar

Informe-se sobre o Processo Constituinte nas págs. 4 e 5

O Conselho fez uma prévia sobre o plebiscito de 21 de abril

Veja o resultado na pág. 7

O que pensam os psicólogos sobre a pena de morte

Leia na pág. 6



A psicologia e a sociedade

O biênio 93/94 será um período de acontecimentos políticos e sociais relevantes para os brasileiros. Acontecimentos que provocarão desdobramentos, tanto na esfera do Estado, quanto no âmbito da sociedade civil.

Na esfera do Estado, serão decididos aspectos básicos do seu ordenamento político-jurídico (plebiscito sobre forma e sistema de governo em 21 de abril e revisão constitucional, em outubro de 93). Em 1994 teremos eleições majoritárias para presidente (se vencer o presidencialismo ou parlamentarismo de tipo francês), governadores e deputados/senadores, que formarão o futuro Congresso, cuja incumbência será a de designar o primeiro ministro (caso vença o parlamentarismo).

No âmbito da sociedade civil, um dos desdobramentos importantes é aquele relativo à possibilidade de reorganização das instituições sociais que incluirá as atividades representativas de categorias profissionais visando ajustá-las às novas exigências sociais e políticas.

No caso particular da psicologia, destacamos o processo constituinte dos psicólogos, já em curso em todo o país sob a coordenação do CFP, que deverá implicar a reformulação de aspectos essenciais do exercício profissional, tais como: as formas de representação; as novas bases da ética e da formação profissional; a atualização e a ampliação dos campos de atividades profissionais, entre outros.

Em decorrência dessas constatações, para este número do Jornal do CRP-06 privilegiamos auscultar a opinião dos profissionais acerca de assuntos gerais (o plebiscito de 21 de abril e a adoção da pena de morte no Brasil) e específico (o processo constituinte dos psicólogos).

Esses assuntos são seguidos de informações sobre o andamento dos trabalhos das comissões do CRP-06, de matérias sobre a saúde mental e a educação (lei de diretrizes e bases da educação brasileira que está em tramitação no Congresso Nacional)

Além disso, é imprescindível registrar que, internamente, o CRP-06 está passando por mudanças administrativas substanciais que têm repercutido positivamente junto aos profissionais; fato constatável pela crescente procura do Conselho e pela diminuição de sua ociosidade. É claro também que tais mudanças e demanda crescente nem sempre são acompanhadas de respostas eficazes; dificuldade a ser superada gradativamente, inclusive com a mudança do CRP-06 para a nova sede que está em fase de aquisição.

Superar essa fase de transição que abrange interna e externamente o CRP-06 tem sido o principal objetivo da gestão Psicologia e Cidadania e deste jornal com o conjunto dos profissionais.

EXPEDIENTE

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 6.ª REGIÃO

Conselheiros: Adalberto Boletta de Oliveira, Celi Denise Cavallari, Celso Zonta, Cristina Amélia Luzio, Geraldo Rodrigues Loureiro Júnior, José Roberto Tozoni Reis, Leyla Venegas Falsetti, Ligia Valéria Gianni, Márcia Arrivabene Sanches Spinola, Maria de Lourdes Kato, Maria Sílvia de Mesquita Bolguese, Odair Sass, Vera Lúcia Martins do Valle, Vera Regina Rodrigues, Walter de Paula Pinto Filho (efetivos). Cassia Regina Rodrigues, Claudia Maria Sodrê Vieira, Erane Paladino, Erasmo Miessa Ruiz, Leile Fernandes Silvério, Maria Elisa Pacheco, Maria Salete Abrão Nunes da Silva, Milton Luis Cordassi, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Nelson Antonio Fontes Coutinho, Nilton Júlio de Faria, Othon Vieira Neto, Sérgio Ozella (suplentes).

Comissões: Comunicação, Diretoria, Ética, Formação e Educação, Menoridade, Orientação e Fiscalização, Psicoterapias, Saúde, Subsedes, Trabalho

Jornal CRP-06

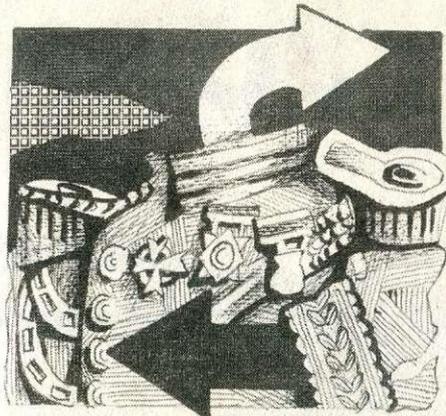
É um instrumento de interlocução com a categoria e a sociedade civil.

Reportagem: Janice Kiss. **Edição de Texto:** Sueli Zola (Mtb 14.824). **Edição de Arte:** Osires. **Editoração Eletrônica:** Enfoque Desktop. **Fotolito e Impressão:** Artes Gráficas Guaru Ltda. **Tiragem:** 36 mil exemplares. **Periodicidade:** bimestral.

Equipe Editorial: Adalberto Boletta de Oliveira, Celi Denise Cavallari, Erasmo Miessa Ruiz, Leyla A. V. Falsetti, Odair Sass, Vera Lúcia M. do Valle.

As colaborações enviadas ao **Jornal CRP-06** poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informação será referida conforme originais enviados, os quais poderão sofrer ou não alterações consideradas necessárias, de acordo com os critérios editoriais adotados.

Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - CEP. 04038/004 - fone (011) 549.9799 - fax (011) 575.0857.



Violência

Achei muito interessantes dois artigos publicados no Jornal do CRP de Dezembro/Janeiro último. São eles: "O massacre do símbolo", de Maria Sílvia Bolguese e "Delinquentes? Quem?", de Maria Rita Kehl. A meu ver, foram assuntos que questionaram a falta de estrutura político-econômica do país. Me pergunto se vai mudar alguma coisa através do plebiscito que irá definir o sistema e forma de governo. Será que com a pena de morte acabaremos com o alto índice de assassinatos, roubos, sequestros, etc? O que não podemos é nos deixar levar por esta neurose coletiva, onde não aprovamos ações como as de Guilherme de Pádua mas, aprovamos a morte coletiva de presos.

Carla Borges, estudante

Ridículo

Quero manifestar minha indignação em relação às cenas exibidas na novela "De corpo e alma" (analista com o personagem gótico) pois, denegriram o trabalho dos profissionais que atuam nesta área.

Eliana Soares, CRP 06/39.711-5

Manifesto o meu repúdio em relação a como a Rede Globo, através da novela "De corpo e alma", prejudicou a imagem do psicanalista quando exibia as cenas de atendimento ao personagem gótico. Foi um motivo de chacota e distorção do papel deste profissional.

Paula Covas Calipo, CRP-06/ 19.269

Causou-me profunda irritação a imagem distorcida sobre o psicólogo, quase sempre divulgada pelos meios de comunicação de massa, especialmente na atuação da área clínica. Poderia citar inúmeros exemplos, mas o mais recente foi na novela "De corpo e alma". O papel do analista e a estrutura de um hospital psiquiátrico apareceram representados de forma ridícula, desonesta e deprimente.

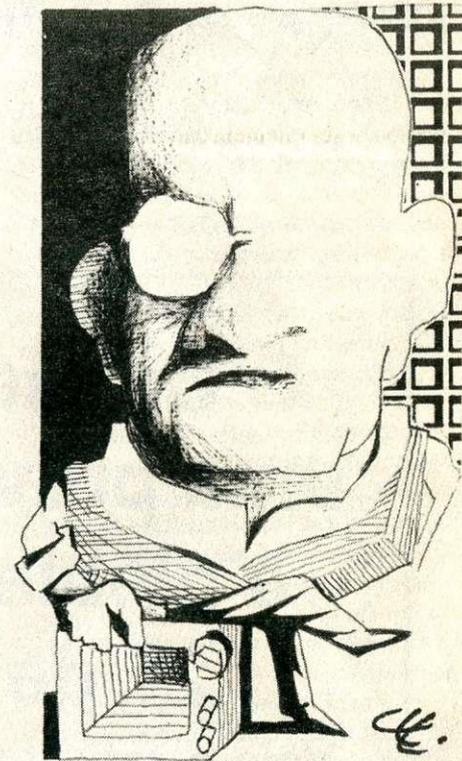
Márcia Regina Frasson, CRP-06/ 13918

Senti indignação ao ver como os meios de comunicação tratam os profissionais de nossa área. Chega a ser vergonhoso saber que em nosso país, tão carente de atenção à saúde, os profissionais da psicologia sejam tratados com tamanho desca-so por uma emissora de televisão, cuja penetração margeia os 100% dos lares.

Ludmila Alves Santoro, CRP-06/34070-6

Como psicóloga inscrita neste Conselho quero colocar minha insatisfação quanto a divulgação errada que a televisão vem fazendo do profissional de nossa área. Isto aconteceu nas antigas novelas, "Despedida de Solteiro" e "De corpo e alma". Agora a novela "Mulheres de areia", retrata uma personagem que "fez terapia e não adiantou nada". Esses três exemplos são apenas da Rede Globo, exibidos em horário nobre, onde qualquer divulgação é aceita pelo público.

Delma Cristina Novaes, CRP06/34518-3
Silvana do Nascimento, CRP 06/37971-0



O Conselho Regional de Psicologia informa que realizou uma reunião, no dia 24 de março, com os conselheiros das Comissões de Orientação e Fiscalização, de Ética e profissionais que se manifestaram contra a imagem do psicólogo, veiculada pela mídia. O assunto será, também, objeto de matéria da próxima edição do jornal.

Esta coluna é reservada ao leitor para emitir suas opiniões. Por motivos de espaço ou clareza, as cartas poderão ser publicadas resumidamente.

Saúde mental é a prioridade

O programa desta gestão enfatiza a garantia das conquistas obtidas na área.

Comissão de Saúde
 Texto: José Roberto Tozoni

O campo da saúde no Brasil tem sido palco de importantes transformações, nos últimos dez anos. Na saúde mental, as mudanças são ainda mais significativas. O modelo baseado na internação hospitalar, hegemônico desde o Império, parecia intocável até os anos 70. Durante décadas serviu para tirar de circulação os doentes originários das classes trabalhadoras (perderam a capacidade de trabalho) e isolou da sociedade os que se desviavam da "normalidade".

O que aconteceu no século XX foi a rápida lotação de todos os hospícios que eram construídos em número cada vez maior. Com a política de privatização dos serviços de saúde, a partir de 1968, assistimos à proliferação de hospitais psiquiátricos conveniados ao Inamps. O convênio é o principal instrumento de transferência de recursos públicos para setores privados. Como consequência produziram-se, por um lado, grupos de grande porte econômico, donos de milhares de leitos. Por outro, um exército de doentes cronicados na instituição psiquiátrica passou a ser clientela cativa das grandes redes hospitalares, transformando-se num perverso ciclo. Ainda hoje, a conta dos hospitais psiquiátricos conveniados é a maior paga pelo Inamps à rede privada de saúde.

Em toda a história destes hospitais, a supressão dos direitos do paciente foi a condição para sua existência. Tal supressão começou interferindo na livre locomoção, no direito de expressão, de alimentação adequada e até de higiene. Chegou ao ponto de o paciente não conseguir se defender da violência física e moral a que é submetido. É claro que essas condições nunca poderiam levar à cura ou reabilitação.

O psicólogo raras vezes esteve nos hospitais psiquiátricos. Era considerada uma atuação da área médica. Somente a partir da década de 70 houve a aceitação de seu trabalho. Mas, estava subordinado ao médico e sua ação se limitava a realização de testes e procedimentos de caráter mais burocrático que terapêutico. Foi durante esse período que, isoladamente, começaram as condenações das práticas manicomial, denunciando seu caráter perverso e autoritário.

A passagem de Franco Basaglia entre nós, em 1979, favoreceu a aglutinação de pessoas e entidades que até então lutavam dispersamente. Em conjunto com outros setores sociais, as forças que lutavam pela transformação da terrível realidade da assistência psiquiátrica, foram se ampliando e se organizando nos anos seguintes. A partir de 1983 surgiram em alguns estados (com a posse dos governadores



eleitos diretamente depois de 16 anos) os serviços chamados alternativos, opondo-se à internação psiquiátrica. São as equipes de saúde mental nas unidades básicas, ambulatórios, NAPS, entre outros.

Em 1987 foi realizada a I Conferência Nacional de Saúde Mental que apontou, explicitamente, para a necessidade da superação do modelo manicomial. Rapidamente a discussão se espalhou entre os profissionais, a sociedade civil, chegando aos ex-internos dos hospitais, seus familiares e até às entidades de defesa dos Direitos Humanos.

O movimento pela luta antimanicomial avança a nível nacional. O projeto de lei 3657/89, do deputado federal Paulo Delgado, discute no parlamento os descalabros do sistema hospitalar. Foi aprovado na Câmara e aguarda votação no Senado. O projeto sintetiza os objetivos da reforma de assistência à Saúde Mental: a substituição do hospital psiquiátrico por outros serviços e o reconhecimento do direito de cidadania aos doentes mentais. A II Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em dezembro passado, Brasília, apontou não só para o fechamento dos hospitais psiquiátricos, mas também para a necessidade de superação da cultura manicomial que desqualifica o doente como um ser humano.

A implantação dos serviços extra-hospitalares em Saúde Mental, baseados na atuação da equipe multiprofissional, ampliou o campo de trabalho para o psicólogo. Hoje, grande parte dos profissionais que trabalha com diagnóstico e tra-

tamento atua nessa área. No entanto, essas mudanças não foram acompanhadas na formação profissional. A maioria dos cursos continua preparando seus alunos — do ponto de vista técnico, teórico e ideológico — segundo o modelo de atuação profissional liberal. Também não é comum o recém-formado encontrar, ao ser contratado, uma política consistente de recursos humanos que o qualifique para atuar de forma consequente no sistema de saúde.

Por isto, às vezes, não restam alternativas senão repetir os modelos adquiridos durante o curso que, no entanto, não o instrumentou a responder o que lhe é exigido. Uma dificuldade comum a todos os profissionais é a falta de preparo para o trabalho integrado em equipe multiprofissional, o que resulta em uma abordagem fragmentada do paciente. Assim, o que muitas vezes deveria ser uma prática constituída a partir de diferentes saberes, se torna palco de disputas entre profissionais e corporações.

Os baixos níveis salariais são um agravante num quadro marcado, muitas vezes, pela falta de motivação no trabalho, estereotipando as ações, causando frustração e isolamento profissional. Tudo em prejuízo do paciente. Ao lado desses fatores desfavoráveis, há outros inerentes à relação do sistema de saúde com seus usuários. Apesar das conquistas com o Sistema Único de Saúde e a participação da população no controle e gerenciamento dos serviços, a relação entre os prestadores dos serviços públicos de saú-

de e seus usuários continua marcada pela ideologia paternalista e autoritária, bloqueando o processo de conquista dos direitos da cidadania.

Quando se trata do doente mental, a situação se agrava. Ele é, ainda, discriminado entre os usuários que muitas vezes recebem um atendimento precário. Ou seja, mesmo em serviços criados como alternativa aos hospitais psiquiátricos, continua prevalecendo a ideologia manicomial, o que, obviamente, limita o potencial terapêutico desses serviços. Mas, ao lado dessas condições desfavoráveis temos, também, experiências bastante alentadoras, levadas a sério em alguns municípios de São Paulo — inclusive, na capital — nos últimos quatro anos.

Essas experiências construíram na prática novos modos de se tratar a doença mental e de se conduzir a uma assistência mais eficaz, associada a transformação da cultura manicomial presente nas relações sociais. Embora com diferentes concepções sobre organização dos serviços, elas têm em comum o repúdio ao modelo manicomial — não só quanto ao local de tratamento, mas na forma de relacionamento entre profissionais e usuários. Também apostam numa nova maneira de participação dos familiares e numa organização democrática dos trabalhadores de saúde que prestam serviços à população.

O papel do CRP

A gestão Psicologia e Cidadania adota em seu programa o apoio à implantação definitiva do sistema único de saúde, organizado de forma a garantir as diretrizes definidas na Constituição. No campo específico da saúde mental, defendemos a reformulação da assistência que propicie a superação definitiva das práticas e valores manicomial. Consideramos, além disso, que o psicólogo deve participar como agente crítico das transformações necessárias, a começar pela conquista de condições satisfatórias de trabalho, incluindo adequada capacitação através de treinamento e supervisão, requisitos básicos para um atendimento digno e de qualidade.

Com essas referências, o CRP-06 se propõe a criar um espaço para os psicólogos se encontrarem e pensar, coletivamente, sobre o trabalho na rede pública de assistência em saúde mental. Por isso, é necessário o compromisso com as mudanças sociais e com a dignidade dos que trabalham nesse sistema e dos seus usuários. Para tanto, a Comissão de Saúde, a partir do próximo mês, pretende desenvolver uma série de ações, entre as quais, a primeira será um ciclo de eventos sobre a atuação do psicólogo na rede de assistência em saúde mental.

A hora e a vez de participar

**A regulamentação da profissão vai mudar.
Quem garante é o Processo Constituinte, que põe em alvo a formação profissional,
o Conselho e até o mercado de trabalho.**

Todos os dias, nas mais diferentes cidades, milhares de psicólogos dirigem-se aos consultórios, empresas, universidades, hospitais...enfim, aos locais onde trabalham. Envolvidos neste cotidiano, poucos deles sabem que nos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, está em curso um processo constituinte que pode mudar aspectos importantes da profissão.

Processo...o quê? É a indagação de vários psicólogos que foram entrevistados pelo CRP-06, numa pesquisa feita em fevereiro deste ano. Fizeram parte desse levantamento 100 pessoas, residentes na capital, interior e Grande São Paulo. A maioria esmagadora tem pouca ou nenhuma informação sobre o que esse processo significa. Não sabem, por exemplo, que alterações na formação profissional, nas entidades representativas (Conselhos, Sindicatos) e nova proposta de trabalho para a sociedade podem surgir por meio dele.

A confusão começa pelo nome: Constituinte. Muitos pensam que se trata da reformulação da Constituição do país, promulgada em 1988. Apesar de provocar equívocos, há justificativa para a semelhança. "Uma constituinte acontece num momento em que as necessidades já não são atendidas. E este é o nosso caso", analisa Álvaro Trugillo, presidente do Conselho Federal de Psicologia.

O começo

O Processo Constituinte é, na verdade, a continuação do I Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos, organizado, em 1989, pelos conselhos, em conjunto com os sindicatos da categoria. Na época, os temas considerados centrais eram o caráter corporativista das entidades, a discussão sobre a função do Conselho de Psicologia e a necessidade de saber, de fato, o que os psicólogos pensam a respeito desta instituição. Porém, tudo não passou de uma carta de boas intenções. "A única coisa feita foram algumas publicações do Conselho Federal, no ano seguinte. Depois tudo foi abandonado", informa José Roberto Tozoni, vice-presidente do CRP-06.

Durante este confuso caminho, segundo Tozoni, a única medida tomada foi a criação do Processo Constituinte, em 1991, para retomar a proposta inicial. E a principal dúvida para um movimento que pretende rever não só as entidades, mas a

relação da psicologia com a sociedade é como mobilizar os profissionais para um processo que levará propostas ao poder legislativo.

"Concordo que tudo surgiu sem elaborações mais profundas, mas precisamos pensar que projeto social e que tipo de instituição os psicólogos desejam", comenta Álvaro Trugillo. Conforme o presidente do Conselho Federal, sem as discussões que já deveriam ter sido feitas, tudo ficou centralizado nas mãos dos Conselhos. E, nesta circunstância, a participação dos profissionais é a de outras entidades ainda não começou.

A maior preocupação é como conseguir criar um envolvimento da categoria com o processo constituinte, tendo como base o resultado nada estimulador da pes-

menos que 73%. Somente 27% dos psicólogos sabem o que pode ser alterado no seu cotidiano com as mudanças provocadas por este Processo: desde a formação até uma nova estrutura para os Conselhos de Psicologia.

Criados na década de 70, com uma legislação compatível ao regime militar, a visão que o psicólogo tem da instituição é a de um órgão repressor. "Por isso, precisamos reformular este papel", comenta Álvaro Trugillo.

Apesar do escasso conhecimento, a maioria dos psicólogos está interessada em participar: 29% dos que não possuem nenhuma informação e 28% que têm poucas informações querem fazer parte do processo. As formas de participação que eles sugerem são reuniões organizadas

O Processo Constituinte é dividido em duas etapas. Na primeira, acontecerá um Congresso Regional do qual sairão as propostas e os representantes (também chamados de delegados) para o Congresso de âmbito nacional. "O CRP convocará várias reuniões na capital e interior, pedindo a participação dos psicólogos", informa José Roberto Tozoni.

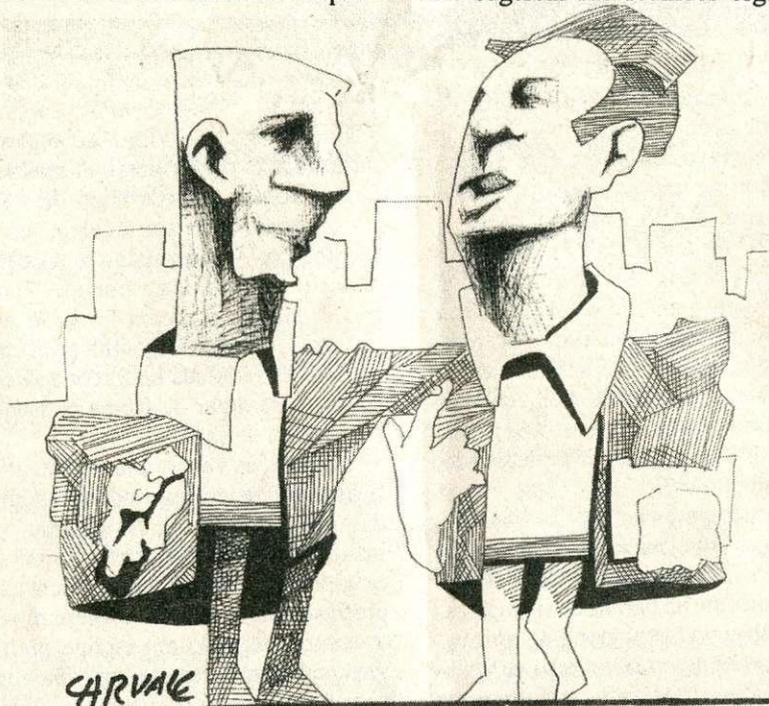
O que há de concreto

Depois vem a realização do Congresso da Constituinte. Nesta segunda fase, as propostas aprovadas que implicarem mudanças legais serão transformadas em ante-projeto de lei para ser levado ao poder legislativo. "Na realidade, o Congresso Constituinte é apenas um começo, porque depois vem a batalha para a aprovação Federal", comenta Álvaro Trugillo. Segundo ele, todo o processo deve ser fechado este ano pois, em 1994, a política nacional estará voltada para a revisão da Constituição e para as eleições no Brasil. "Precisamos aproveitar certos momentos de abertura em determinados ministérios, por exemplo, com o Walter Barrelli no Trabalho", diz.

Uma preocupação anterior à realização do Congresso é quanto ao número de representantes em cada regional. Ele varia de acordo com a quantidade de psicólogos inscritos: até 5 mil, seis delegados; de 5 a 10 mil, 9 delegados; de 10 a 20 mil, 12 delegados; 20 a 30 mil, 15 delegados; mais de 30 mil, 18 delegados. "Num processo democrático o peso dos votos é igual para todos. Queremos mudar esta forma de representação", alega José Roberto Tozoni, vice-presidente do CRP-06.

Como o Processo Constituinte começou com gestões anteriores, haverá a reavaliação das propostas já encaminhadas. Alguns programas foram definidos: em abril ocorrerá uma discussão e possíveis mudanças para o andamento do Processo (inclusive no calendário) podem ser feitas. Talvez, no final de julho acontecerá o congresso nos regionais.

Durante o cotidiano, a importância de participar do Processo Constituinte pode não aparecer. Mas, com certeza, é através dele que as mudanças virão. "A Constituinte dos psicólogos é o exercício de um esforço conjunto entre todos. Afinal, ninguém vive isoladamente", finaliza Álvaro Trugillo.



quisa feita pelo CRP-06. Do total dos psicólogos entrevistados, 51% não têm nenhuma informação sobre a constituinte dos Conselhos e 48% têm pouco conhecimento.

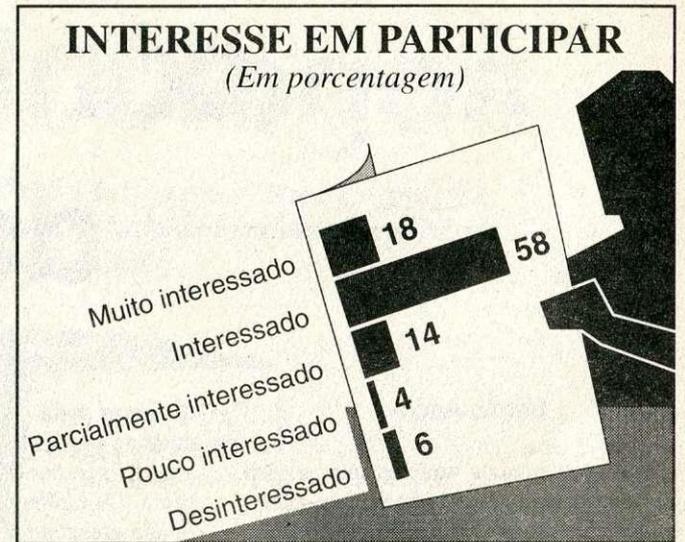
Pouco se sabe

Geralmente, as raras informações foram obtidas através do jornal editado pelo Conselho Federal ou entre amigos. Nada muito profundo. Mais assustador é o índice de pessoas que não tem conhecimento sobre a consequência do Processo Constituinte para o exercício profissional. Nada

regionalmente, nas quais seja esclarecido, antes de tudo, o que é a constituinte. O vice-presidente do CRP-06, José Roberto Tozoni, acredita em uma boa adesão dos profissionais. "O momento é favorável porque as pessoas estão exercendo mais a sua cidadania dentro da sociedade", diz ele. "Pretendemos envolver também mais entidades", acrescenta Álvaro Trugillo, presidente do Conselho Federal.

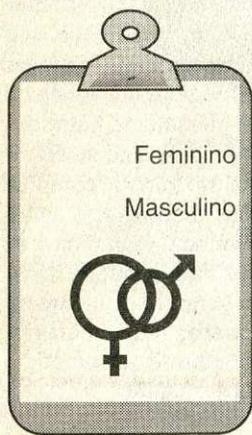
O Conselho de Psicologia deve ser um órgão de interesse da categoria, da sociedade ou, se não, como poderia ser constituído? A formação de um psicólogo clínico deve ser a mesma de um organizacional? Estes são alguns dos temas polêmicos.

Desinformação predomina



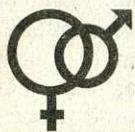
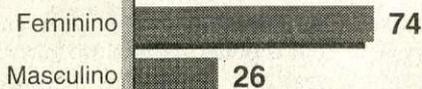
GRAFICOS: OSIRES

Sair do gabinete



SEXO

(Em porcentagem)



Em setembro de 1992, quando a gestão "Psicologia e Cidadania" assumiu a direção do Conselho, já estava em curso a "constituente" que pretende reformular as regras que regulamentam a profissão. A importância de um processo desse gênero é tão óbvia, que nem precisa ser comentada. O mesmo pode se dizer em relação à necessidade da mobilização da categoria.

Pensar mudanças fundamentais para a profissão, sem a participação dos psicólogos? Não. Isto é absurdo e fere, no mínimo, a lógica democrática. Mas, o fato é que, apesar de ter se iniciado em outubro de 1991, o processo constituinte não criou condições efetivas para a categoria se mobilizar.

Diante de tais circunstâncias, a gestão "Psicologia e Cidadania" declarou em documento enviado ao Conselho Deliberativo (instância decisória da autarquia), no final de 1992, que no âmbito do CRP-06 o processo constituinte ainda não havia começado.

O primeiro passo foi dado, agora, em 1993, quando o CRP-06 realizou uma pesquisa com psicólogos, cujo objetivo era medir o grau de informação em relação à constituinte e também o interesse em participar. A idéia foi obter

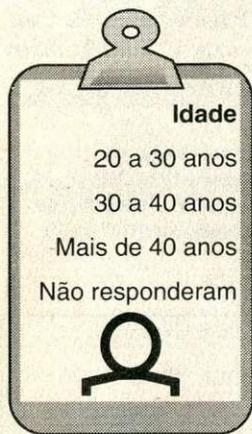
um retrato da situação para, a partir deste, pensar estratégias de organização regional.

Os resultados não surpreenderam. A desinformação constatada nas respostas da maior parte dos entrevistados veio confirmar o que a gestão já previa: o processo constituinte não saiu dos gabinetes.

O mais grave é que apenas 27% dos psicólogos ouvidos têm conhecimento das possíveis consequências desse processo para o exercício profissional. Mas, nem todos os dados são desanimadores. Grande parcela dos profissionais (76%) manifestou interesse em participar.

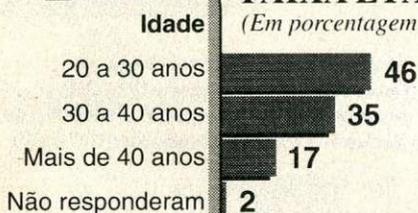
Fez parte da pesquisa uma amostra de 100 psicólogos, escolhidos aleatoriamente, com predominância do sexo feminino. O local de residência foi pré-determinado, conforme o número de inscritos em cada região. Assim, 55% dos entrevistados pertencentes à Capital preencheram um questionário entregue na recepção da sede do Conselho, entre os dias 15 e 17 de fevereiro. O restante, residentes na Grande São Paulo (22%) e interior (23%) responderam por telefone, no período de 15 a 19 do mesmo mês.

Leia nos quadros desta página os dados relativos ao perfil da amostra e às respostas dos profissionais consultados.



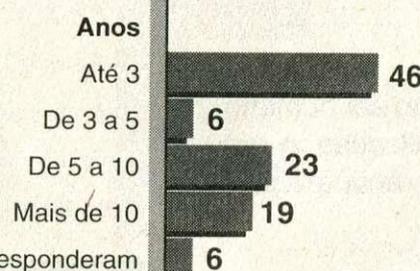
FAIXA ETÁRIA

(Em porcentagem)



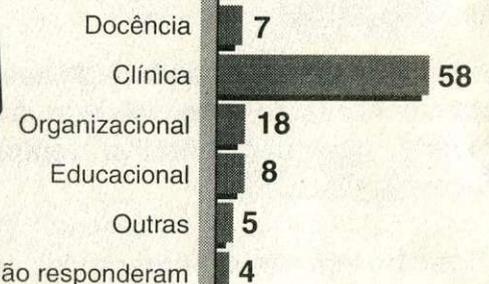
TEMPO DE PROFISSÃO

(Em porcentagem)



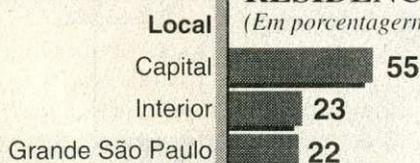
ÁREA DE ATUAÇÃO

(Em porcentagem)



RESIDÊNCIA

(Em porcentagem)



FONTE: CRP-06 — LEVANTAMENTO REALIZADO EM FEVEREIRO/93

Pena de morte, controle social e democracia

Sergio Adorno

Não são poucos aqueles que julgam que a criminalidade urbana é, hoje, maior e mais violenta do que, digamos, há trinta ou quarenta anos atrás. Trata-se de um juízo manifesto nas pesquisas de opinião pública (amplamente alardeado pela mídia eletrônica e pela imprensa escrita) reveladoras de sentimentos coletivos de medo e insegurança que apontam para soluções drásticas, entre as quais a pena de morte para os criminosos.

Acredita-se que para diminuir os crimes, notadamente os mais violentos, é necessário empregar uma mão forte, capaz de intimidar os delinquentes. Contra a força da violência, apenas uma força superior e temível pode contê-la. Nesse particular, a despeito das diferentes posições sociais que diversos cidadãos podem ocupar na sociedade, em algo, alguns deles estão de acordo: tanto cidadãos “de bem” — respeitadores da lei e da ordem, conservadores em suas convicções político-ideológicas —, quanto aqueles que afrontaram essa mesma ordem social, rompendo com o “pacto de bem viver”, aceitam a pena de morte como solução para a criminalidade urbana violenta.

Será que a pena de morte é, de fato, instrumento eficaz de contenção da violência criminal? Embora alguns sejam tentados a responder afirmativamente, movidos quase sempre por argumentos passionais, não há evidências científicas

de que a pena de morte reduz a quantidade de crimes violentos. Estudos norte-americanos concluem por sua baixa eficácia. Os dados sugerem que a criminalidade cresceu tanto nas regiões onde há concentração de estados que adotam a pena de morte (região Sul, por exemplo), quanto nas regiões onde essa concentração é menor (região Nordeste, por exemplo). Em contrapartida, também o declínio das taxas de criminalidade violenta ocorre tanto nos estados onde a pena capital existe e é aplicada, quanto naqueles onde ela é inexistente. Convém observar que a tendência mundial é pela abolição da pena de morte, pois esse meio não demonstrou, em inúmeros países onde a legislação o prevê e ele é aplicado, ser eficaz na dissuasão da delinquência.

Mesmo reconhecendo sua baixa eficácia, poder-se-ia argumentar que os custos com a execução capital são menores do que com a manutenção de condenados a longas penas. Aqui também os argumentos desfavoráveis não são desprezíveis. Como a pena de morte é definitiva, a certeza e liquidéz jurídicas devem estar acima de qualquer suspeita. É necessário assegurar que não haja erro judiciário, sob qualquer hipótese. Daí que os processos penais devem estar fartamente documentados e informados, não podendo haver dúvidas ou vacilações. Esses cuidados demandam por conseguinte uma série de exigências. Os processos devem contar

com profissionais altamente qualificados e especializados, o que encarece seus custos. Os procedimentos processuais devem atravessar inúmeras instâncias judiciárias, até que cheguem a merecer sentença decisória irrecorrível.

Ademais, não há efetiva garantia de que essa pena seja aplicada de modo imparcial. Fatores subjetivos intervêm na constituição dos processos e nos julgamentos, fazendo com que determinados condenados se mostrem mais vulneráveis à sanção punitiva do que outros. Sabe-se, por exemplo, que os criminosos negros e pobres são mais suscetíveis de merecerem pena capital do que criminosos brancos e procedentes dos estratos médios e superiores da sociedade. O racismo parece ser a tônica dominante nos julgamentos e condenações.

A todos esses argumentos, pode-se acrescentar um que se afigura decisivo: o erro judiciário. Sabe-se que a justiça criminal não é infalível. Equívocos podem ocorrer, devido a razões diversas, entre as quais impropriedades na condução dos ritos processuais, interpretação inadequada dos acontecimentos face à legislação, ausência de testemunhas, inclusive falsos testemunhos. Quando reconhecidos pelos tribunais, esses erros judiciários ensejam reparação ao réu injustamente punido. No caso de condenados à pena de morte, o erro judiciário não pode ser reparado. O próprio direito encarrega-se de anular-se a si próprio.

Em verdade, ao que tudo indica, o debate sobre a pena de morte no Brasil elide uma série de outros problemas. No mínimo, desloca o eixo da discussão, escondendo as raízes político-sociais da violência brasileira. É mais fácil ver e propor soluções para os conflitos da sociedade, quando esta é compreendida como uma associação dicotômica entre fortes e fracos, entre bandidos e “homens de bem”, do que descer às suas profundezas, examinando sua complexidade, seu modo de ser e realizar-se. Para deslindar os fundamentos ideológicos desse debate seria necessário problematizar, entre outros aspectos, o modo pelo qual se distribui o poder político no Brasil, como se realizam as relações hierárquicas entre grupos situados de modo desigual na rede de relações sociais, de que modo se efetivam e se asseguram os direitos fundamentais da pessoa humana; numa palavra, como avança o processo de democratização fundamental da sociedade.

Nota

* Este texto resume argumentos originalmente publicados em: *Travessia. Revista do Migrante. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, ano V, n. 13, maio/agosto, 1992, pp. 18-26.*

Sérgio Adorno é Professor-doutor do Departamento de Sociologia (FFLCH), pesquisador e vice-coordenador científico do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP).

Principais argumentos

O Conselho ouviu 100 profissionais num levantamento de opinião sobre a adoção da pena de morte no Brasil. Leia alguns argumentos que eles apresentaram para justificar sua posição.

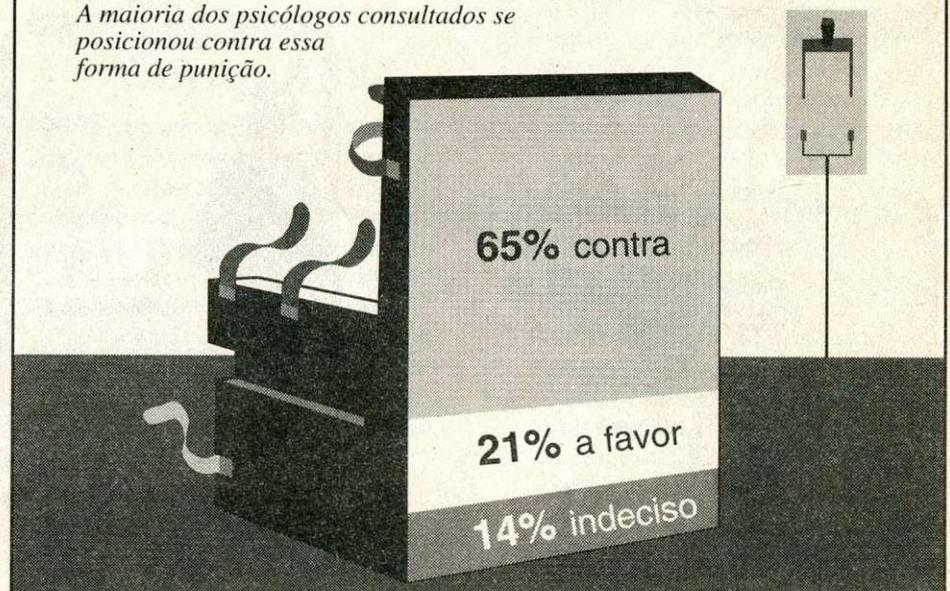
“A partir de determinada fase de desenvolvimento do ser humano, características de personalidade já estão cristalizadas, o que impede qualquer tentativa terapêutica de recuperação.” (favorável)

“Ninguém tem direito de tirar a vida de outra pessoa. No país em que vivemos, os inocentes pagariam pelos culpados.” (contrário)

“Quando se está de fora, é fácil ser contra. Mas quando o crime nos atinge pessoalmente?” (indeciso)

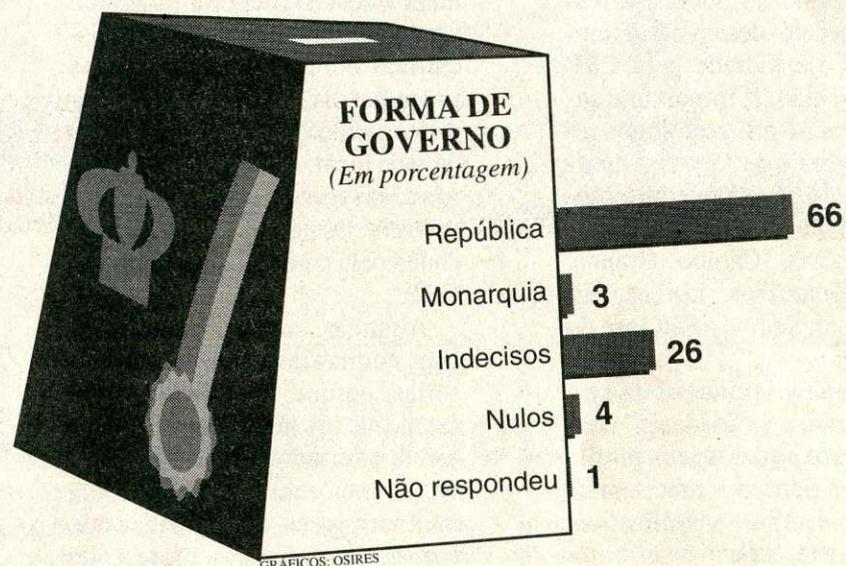
PENA DE MORTE

A maioria dos psicólogos consultados se posicionou contra essa forma de punição.



Plebiscito: a opinião dos psicólogos

Presidente, rei ou primeiro-ministro? Dia 21 de abril os brasileiros vão escolher a forma e o sistema de governo que devem vigorar no país. O Conselho fez uma prévia com os psicólogos. Ganhou o Parlamentarismo Republicano. Mas, o considerável número de indecisos relativiza esse resultado.



GRAFICOS: OSIRES

Intenção de voto



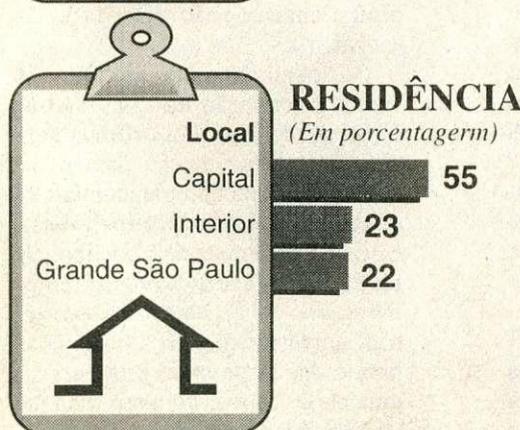
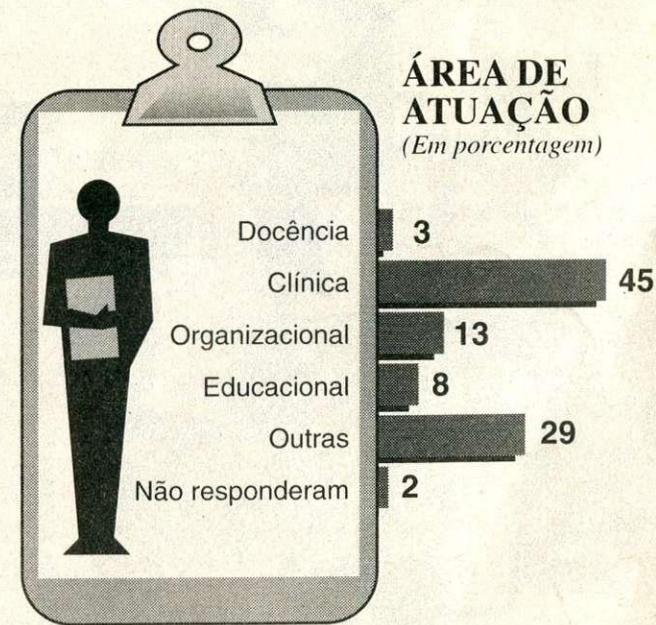
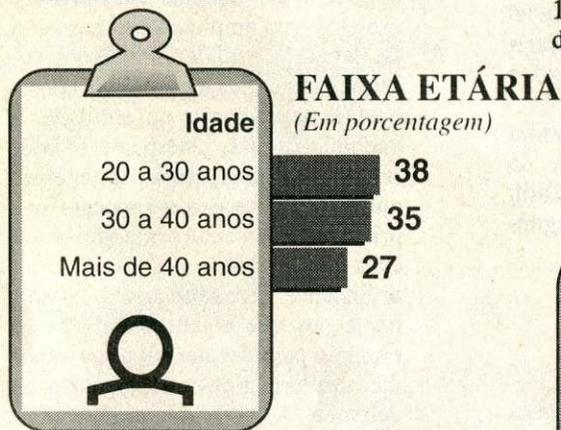
A opinião dos psicólogos acerca do plebiscito (sistema e forma de governo) foi objeto de um levantamento realizado pelo CRP-06, com 100 psicólogos, escolhidos aleatoriamente. O perfil da amostra é o seguinte: 29 homens e 71 mulheres; 55 profissionais da Capital, 22 da Grande São Paulo e 23 do interior do Estado. Foram considerados, ainda, faixa etária, área de atuação e tempo de profissão dos entrevistados (veja esses dados nos quadros desta página).

Quanto à intenção de voto para o sistema de governo, 45% optaram pelo Parlamentarismo. O Presidencialismo teve um índice de 19%, enquanto que o de indecisos atingiu 31%.

Em relação à forma de governo, 66% escolheram a República. A Monarquia teve o índice de 3%, menor que os 4% de votos nulos. Os indecisos totalizaram o significativo percentual de 26%.

Outro levantamento, feito a partir dessa mesma amostra, enfocou a opinião dos psicólogos sobre a pena de morte. Leia na página ao lado os resultados específicos deste item e alguns argumentos usados como justificativa.

Afirmaram estar informados sobre o assunto, 87% dos entrevistados. No entanto, não é desprezível o fato de que 13% dos profissionais declararam-se desinformados acerca de uma decisão tão importante para o país.



FONTE: CRP-06 — LEVANTAMENTO REALIZADO EM FEVEREIRO/83

Representação regional

A sua cidade em primeiro lugar

Antigamente elas eram 11 e se chamavam delegacias. Hoje, continuam com o mesmo número mas, o nome e a maneira de atuar mudaram. São as Subsedes responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho elaborado pelo CRP em cada região. É importante saber que dos 31 mil psicólogos registrados, mais de 11 mil — portanto, acima de um terço — moram em: Santo André, Assis, Bauru, Campinas, Campo Grande, Cuiabá, Guarulhos, Lorena, Ribeirão Preto, Santos e São José do Rio Preto.

Se o objetivo principal da gestão “Psicologia e Cidadania” é estar mais próximo dos seus profissionais, as Subsedes precisam de um desempenho significativo. Não basta exercer um papel burocrático, controlando as inscrições e anuidades atrasadas. Por este motivo, no lugar dos delegados — como era antes — as Subsedes passam a ser dirigidas por uma comissão gestora e ter como meta a criação de um espaço participativo para os psicólogos de cada região.

As comissões gestoras são compostas por um número variá-

vel de representantes, de 3 a 5 — com um coordenador e um subcoordenador. A escolha foi feita da seguinte forma: O CRP enviou mala direta à categoria propondo uma reunião. Os conselheiros discutiram com os profissionais as propostas da gestão e as necessidades políticas e administrativas de cada local. Aqueles que se identificaram com tal projeto se candidataram. Os nomes foram referendados pela categoria e plenário do CRP.

Algumas, ainda hoje, estão com comissões chamadas provisórias, porque a participação da categoria foi considerada insuficiente para uma escolha definitiva. É importante saber que em muitos lugares está acontecendo a mudança de prédio, oferecendo maior conforto e sendo de fácil localização. Está em curso também a elaboração de um processo de informatização e o treinamento das comissões para responder pela administração de cada Subsele. Agora, sem dúvida, existe mais autonomia. Já não era sem tempo que o psicólogo precisava ter seus interesses e sua região mais valorizados.

Santos

No início, foi uma comissão provisória. Começou aderindo, publicamente, a um abaixo assinado feito por professores, psicólogos e estudantes pela candidatura de David Capistrano (PT), à prefeitura de Santos. Depois desse entrosamento entre comissão e categoria, o que era provisório tornou-se fixo. Formada, então, a comissão gestora passou a definir o trabalho para a região. Em primeiro lugar houve a descentralização

Para atender melhor aos interesses dos psicólogos dos diferentes locais vários distritos foram criados: Norte (Ubatuba); Norte I (Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião); Sede (Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Praia Grande); Centro Sul (Monguaguá, Itariri, Pedro de Toledo, Peruíbe e Itanhaém); Vale do Ribeira (Registro e municípios vizinhos). Cada um tem seu coordenador e, em alguns casos, está sendo definida a própria formação. Porém, todos precisam trabalhar de maneira articulada.

Os núcleos de trabalho são a parte principal. Práticas Alternativas, Psicologia Educacional, Saúde, são alguns deles. A realidade profissional é o foco de vários encontros e debates. Em março passado houve o Seminário “Psicologia e Cidadania” e a proposta era esclarecer a importância do Congresso Regional Constituinte. Durante cinco dias os temas discutidos foram: “Cidadania em tese — educação”; “Ser cidadão — expressão, preconceitos e direitos”; “Cidadão de rua — identidade e resistência”; “Direito dos pacientes e deveres do terapeuta”; “Cidadania em construção — relações no trabalho”.

Comissão gestora: Plínio Alvarenga (coordenador), Maria Isabel Calil (subcoordenadora), Ana Maria Mello, Maria Isabel Colmenero e Regina Lúcia Villani.

Plantão: A comissão se reunirá todas as terças-feiras, às 20h. Às quartas, 15h, com Maria Isabel Calil. Plínio Alvarenga atenderá às segundas, terças e quintas, às 17h..

Campinas

Uma carta de propostas, assim se define a Subsele de Campinas. Entre elas, destaca-se a divisão em micro-regiões com seus representantes para melhor atender os profissionais. Outra sugestão é criar várias comissões por área: ética, saúde, entre outras.

Comissão: Maria Diva Lucarelli (coordenadora), Maria Cândida Becker (subcoordenadora), Edna Maria Kuller, Ezequiel L. Gonçalves, Terezinha M. Martincowski.

Plantão: Às terças-feiras, das 13 às 16:30h, com a coordenadora Maria Diva Lucarelli. Às quintas-feiras, das 14 às 17h, com a subcoordenadora Maria Cândida Becker.

São José do Rio Preto

A programação para o primeiro semestre deste ano já foi definida. No mês passado, para deixar registrado, houve uma reunião com a turma de formandos da Faculdade Riopretense e psicólogos. Esclarecer a função do CRP e dialogar com a categoria foi o primeiro passo. No fim de abril, 30, haverá uma conferência sobre psicose.

Em maio, dia 21, será a vez da Luta Antimanicomial. O enfoque é a reintegração do doente mental à sociedade e o seu direito à cidadania. Assim como em outras Subsedes, algumas comissões — Ética e Saúde, por exemplo — serão formadas.

Comissão Gestora: Luciano Pereira dos Santos (coordenador), Nivaldo Antônio Lopes (subcoordenador), Antônio Cesar Frasseto e Lourdes Genaro.

Plantão: Às segundas-feiras, às 15h para atendimento da categoria. Às quartas, 19h, coordenadores e membros se reúnem para fazer avaliações e elaborar novos projetos.

Bauru

Criar um boletim regional com assuntos ligados ao cotidiano do psicólogo no interior. Esta é uma das principais propostas de Bauru. Para o trabalho do dia-a-dia, algumas comissões foram formadas:

- **Saúde Mental:** Faz parte dos planos estudar os problemas relativos à saúde mental e criar condições para benefício do doente. Desenvolver projetos para ampliação do mercado de trabalho, estender discussões sobre saúde pública e estar mais aberta para a participação de entidades, a exemplo da Usc, Unesp, Ambulatório Saúde Mental, Naps, Apae, entre outros. As reuniões acontecem nas primeiras e terceiras sextas-feiras de cada mês, às 14h.

- **Sistema Penitenciário:** Inicialmente, os que atuam nesta área se reunirão para debater sobre os trabalhos e as formas de tratamento com os detentos. A participação de outros profissionais que não sejam da região está aberta.

Se trabalho é o que não falta, há ainda a formação da Comissão do Conselho Tutelar. Foi definida também uma programação para o dia nacional da luta antimanicomial: 15 de maio — passeata e teatro de rua no calçadão da Batista de Carvalho. No dia 16, haverá teatro de rua nas feiras-livres, e no dia 17, uma mesa redonda nas universidades. E, finalmente, para o dia 18 de maio está prevista uma mesa redonda com representantes de Saúde Mental do estado, região e município. É importante saber que



Bauru tem uma nova instalação: Av. Rodrigues Alves, 17-5. Cep: 17013-000, fone (0142) 23.3147.

Comissão gestora: Zilá Flausina Domingues, Carmem Maria Neme, Denilrea Pérola Macário, Antônia Senise, Rubens José Ferrari.

Plantões: Às segundas-feiras, das 14 às 16h com Denilrea Pérola e Rubens Ferrari. Às quartas, das 14 às 17h com Antônia Senise e Rubens Ferrari e sextas, das 14 às 18h com Zilá Domingues e Carmem Moraes.

Cuiabá

As atividades em Cuiabá foram assim definidas: dividir comissões por áreas e esclarecer suas atuações.

Comissão gestora: Alcione Silveira Medeiros (coordenadora), Maria José da Silva Rado (subcoordenadora) e Sônia Bernardino.

Plantão: Às sextas-feiras, das 14 às 17h. Durante os meses de abril e maio haverá reuniões com os psicólogos de Cáceres e Rondonópolis.

Campo Grande

A comissão gestora será definida só em maio. Porém, não é por isso que os psicólogos terão que esperar. Algumas atividades já estão previstas: Reunião para discutir as propostas do CRP e envolvimento com a comunidade, através das comissões de municipalização de saúde e controle da Aids. Haverá, também, palestras enfocando as necessidades da categoria na região.

Nota da redação: O jornal foi fechado no fim de março. Podem ter ocorrido mudanças em algumas Sub-Sedes.

Comissão provisória: Marina Maria Ribeiro (coordenadora), Lucila de Souza Rodrigues (subcoordenadora), Gilse Maria Tedesco, Sandra Francisco de Amorim e Lélia Costa

Plantões: Às terças-feiras, das 14 às 16h, com Marina M. Ribeiro; quartas (14 às 16h) Lucila de Souza Rodrigues; quintas e sextas, das 17 às 18h com Gilse Maria Tedesco

Assis, Ribeirão Preto e Santo André

Todas, por enquanto, estão com comissões provisórias e ainda definem a programação para o semestre. Em Ribeirão Preto, haverá a mudança de prédio e a criação de um boletim de informações regional.

Guarulhos e Lorena

Estão sendo definidas as comissões provisórias.

No CRP-06 a comissão de Subsele é formada por: *Cristina Amélia Luzio, José Roberto Tozoni Reis, Nilton Júlio Costa, Celso Zonta, Erasmo Miessa Ruiz. Qualquer sugestão entrar em contato pelo telefone (011) 549-9799.*

CENSURA PÚBLICA

O Conselho Regional de Psicologia-6 região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético nº 005/90, vem aplicar a pena de **CENSURA PÚBLICA** ao psicólogo **JOSÉ CARLOS VITOR GOMES - CRP 06/13160-5**, por ter ficado demonstrado que violou o Art. 02, alínea "n", do Código de Ética profissional dos Psicólogos, em virtude de ter se aproveitado de situação terapêutica e dos problemas emocionais manifestados por sua paciente, mantendo com a mesma relações sexuais durante as sessões.

São Paulo, janeiro de 1993

Vera Regina Rodrigues
Conselheira-presidenta

Orientação técnica

O aluno quintanista em Psicologia não pode exercer a psicoterapia fora do âmbito da clínica-escola. O estagiário pode ser remunerado com bolsa de estudo, mas o supervisor de estágio extra-curricular não deve cobrar pela sua atividade. Leia mais sobre o assunto nos esclarecimentos abaixo.

A Comissão de Orientação e Fiscalização tem sido procurada regularmente por profissionais que trazem dúvidas diversas sobre estágios. A fim de atender tal demanda, o CRP-06, a partir da análise da resolução 004/86 do Conselho Federal de Psicologia que regulamenta os estágios extra-curriculares, esclarece que:

- O supervisor, como responsável pelo estágio, se obriga a verificar a capacitação técnica de seu estagiário através da supervisão, ao mesmo tempo em que se responsabiliza diretamente pela aplicação correta de métodos e técnicas psicológicas e pelo respeito à ética.

- O estagiário deverá comprovar que já cursou as disciplinas profissionalizantes e cumpriu as respectivas horas de estágios curriculares, referentes às atividades psicológicas que realizará no estágio extra-acadêmico. É imprescindível a apresentação, ao supervisor, do comprovante de matrícula em curso de Psicologia reconhecido e do histórico escolar onde constem as disciplinas e estágios realizados.

Tais documentos, ou suas cópias, devem ficar em poder do supervisor.

Como se vê, o espírito da regulamentação prevê que só se pode estagiar fora do âmbito acadêmico, quando o aluno já cursou as disciplinas envolvidas nas atividades propostas no estágio extra-curricular. É por isso que, no caso da atividade psicoterápica, como o aluno só tem experiência acadêmica no quinto ano, ele não poderá, ao mesmo tempo, realizar um estágio extra-curricular na área.

O descumprimento da resolução CFP 004/86 poderá implicar a instauração de processo ético para a apuração das responsabilidades do supervisor e a representação policial por exercício ilegal da profissão, no caso do estagiário.

Comissão de Orientação e Fiscalização
Comissão de Formação e Educação

Curso de Formação Reichiana

PROGRAMA

Análise do caráter: Identificação dos caracteres, Couraça, Leitura Corporal; **Vegetoterapia:** Circulação energética e o S.N.V., desbloqueio dos sete anéis, doenças psicossomáticas; **Orgonoterapia:** Energia cósmica
Curso apostilado e vivencial com certificado
Rua Bertoga, 99, Praça da Árvore - São Paulo
Fone: (011) 276.9963 ou 577.55.00
Início: 03.05.93
Profissional responsável: Márcia H.S. de Araújo. CRP: 17590 — especialização Reichiana e Bionérgica.

INEF — Instituto de Estudos e Orientação da Família está com inscrições abertas para o curso de formação de psicoterapeutas, de orientação psicanalítica, a se iniciar em abril deste ano. Informações: Rua Traipu, 66 - Perdizes, São Paulo. Fone: (011) 67.8688

Disq Freud

SP-(011) 815.3344 bip (4516) BH-(031) 330.5500.bip (JLM) RJ-(021) 222.3156

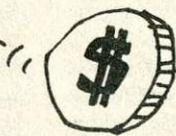
Metade do preço. Confira!

Português 24 vols.: editora Imago; Castelhana 25 vols.: editora Amorrortu; Espanhol 3 vols.: editora Nueva

Horário comercial. Atendemos a todos os estados com entrega a domicílio.

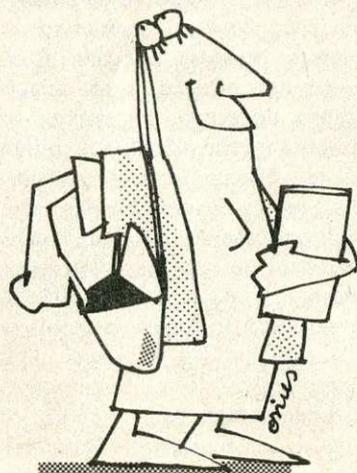
CGC: 31.558.786/0001-90

Equiparação salarial



Se for aprovado no Senado o projeto de lei 1858-B/91, do deputado Sigmaringa Seixas, o psicólogo poderá ter o mesmo piso salarial que os médicos — 3 salários mínimos.

O principal argumento para que haja a equiparação é o caráter desgastante das atividades dessas duas profissões. É importante saber que o curso de Psicologia foi regulamentado em 1962, portanto um ano depois da implantação da lei (3999) que criou o piso para a categoria médica.



Manicômios nunca mais

Agora é oficial. O Ministério da Saúde estabeleceu diretrizes comprometidas com o fim dos hospitais psiquiátricos

O movimento de luta antimanicomial tem motivos para comemorar. A II Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada de 1 a 4 de dezembro último, em Brasília, definiu diretrizes políticas que decretam a falência do modelo assistencial hospitalocêntrico.

Convocada pelo Ministério da Saúde, a II Conferência reuniu mais de mil participantes, que representaram as instituições governamentais; os Conselhos, Sindicatos e Federações dos profissionais da área; as organizações patronais; as entidades da sociedade civil; as instituições formadoras; além dos usuários e seus familiares.

“A reestruturação da Atenção em Saúde Mental no Brasil: Modelo Assistencial e Direito à Cidadania”, tema proposto para a ocasião, foi discutido a partir de questões básicas como a criação de sistemas de atendimento que superem a internação em hospitais psiquiátricos, o gerenciamento de tais serviços e o seu financiamento.

“A necessidade de se redirecionar as verbas públicas (empregadas, até hoje, em sua maior parte na rede hospitalar especializada) para o custeio de outras formas de atenção ao sofrimento mental, ficou bastante clara”, afirma Floriano Nuno de Barros Pereira Filho, psicólogo que atua no Centro de Convivência e Cooperativa Parque Chico Mendes e que participou da Conferência como delegado pelo CRP-06.

Os gastos do Ministério da Saúde com a internação psiquiátrica são escandalosamente elevados. Um documento apresentado pelo próprio órgão, durante a Conferência, aponta que dos cofres públi-



cos escoam anualmente 264 milhões de dólares. Não é à toa. No Brasil, existem 313 hospitais psiquiátricos — 54 públicos e 259 privados — e o tempo médio de internação é de 69 dias.

Os altos custos econômicos tornam-se ainda maiores vistos no plano social. Segundo dados do IBGE, do total de pacientes internados por transtornos mentais, em 1989, estima-se que cerca de um terço apresenta história de longas e repetidas internações. Muitos deles são residentes nos hospitais psiquiátricos, pois perderam completamente seus vínculos com a família e a sociedade.

Cultura de exclusão

A gravidade da situação não deixa dúvidas. Esse modelo assistencial que se

baseia na cultura de exclusão e na violação dos direitos de cidadania é insustentável. “Somente os proprietários de hospitais psiquiátricos (por razões óbvias) e os segmentos bem reacionários da sociedade defendem, hoje, a manutenção dos manicômios”, informa Floriano Nuno.

Na verdade, há muitos anos os trabalhadores de saúde mental vêm lutando contra a prática hospitalocêntrica. A diferença é que, agora, seus esforços foram coroados. A política oficial definida pelo Ministério da Saúde privilegia a criação de modalidades alternativas de atendimento.

Experiências inovadoras, desenvolvidas em diversos municípios brasileiros, foram apresentadas durante a II Conferência. Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Bahia, são alguns estados que

registram avanços na construção de novos recursos de atenção ao sofrimento mental. Trata-se de hospitais-dia, oficinas terapêuticas, centros de convivência, redes ambulatoriais. E a internação, quando necessária, é feita por um período curto sempre em hospitais gerais que incluem a participação dos familiares no tratamento.

Foi nos últimos 4 anos que tais experiências se desenvolveram mais amplamente. “Elas se localizam, via de regra, em cidades que tiveram uma administração municipal democrática”, comenta Floriano Nuno. É o caso de São Paulo, Santos, Belo Horizonte, dentre outros.

A questão jurídica, relativa sobretudo à cidadania do paciente psiquiátrico, também foi discutida. Estiveram em pauta a legislação de 1934 e a transformação proposta pelo Projeto de Lei de Paulo Delgado. Outros temas, como a municipalização dos serviços e a formação de recursos humanos foram igualmente abordados.

Mas o aspecto que merece destaque, na opinião de Floriano Nuno de B. Pereira Filho, refere-se ao caráter organizativo do evento. Reuniões preparatórias, realizadas nos âmbitos municipal, regional e estadual, precederam a II Conferência Nacional de Saúde Mental. “Essas etapas anteriores desencadearam, em diferentes locais do país, uma discussão sobre o temário. A adesão à proposta de desospitalização se expandiu bastante e abriu perspectivas de mudanças culturais em relação à doença mental, no Brasil”, finaliza.

Calendário de lutas

As diretrizes estabelecidas pela II Conferência Nacional de Saúde Mental significaram um passo decisivo em direção à defesa da cidadania dos doentes mentais e ao fim dos hospitais psiquiátricos. Apesar da vitória, o movimento de luta antimanicomial não vai parar. Afinal, a perspectiva de mudar a relação da sociedade com seus loucos exige ainda muito trabalho.

Dá que cerca de 100 profissionais da saúde mental de 11 estados brasileiros e 3 países da América Latina se reuniram em Brasília, dezembro último, e estabeleceram um calendário de encontros e reuniões, com o objetivo de avançar na organização do movimento no âmbito nacional e de ampliar a articulação com países latino-americanos.

A primeira reunião do calendário ocor-

reu no dia 30 de janeiro de 1993, na Câmara Municipal de Franco da Rocha, São Paulo. Nessa Reunião Estadual, estiveram presentes 8 municípios. Representou o CRP-06, na ocasião, o conselheiro Nilton Júlio Faria.

A pauta de discussão enfocou as perspectivas na relação entre a administração municipal de Franco da Rocha e o Juqueri; a tramitação do Projeto de Lei 366/92 (do deputado estadual Roberto Gouveia e outros) na Assembléia Legislativa de São Paulo; propostas de temário e formas organizativas para um Encontro Nacional.

Em Belo Horizonte, no dia 6 de fevereiro de 1993, na sede do Sindicato dos Médicos, aconteceu a Reunião Nacional de Luta Antimanicomial. Estiveram presentes 56 representantes de entidades de 5 estados (Minas Gerais, Bahia, São Pau-

lo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo), incluindo o CRP-06, que foi representado pelo conselheiro da Comissão de Saúde, Erasmo Miessa Ruiz.

Ocupou o primeiro ponto da pauta, o relato da situação atual do movimento nos diversos estados. Em São Paulo avançou-se em direção à articulação com grupos de outros segmentos sociais. Embora fortalecida, a luta antimanicomial em Minas Gerais se restringe aos trabalhadores da área. No Rio Grande do Sul, o momento é de implantação da lei estadual de reforma psiquiátrica, aprovada em 30 de junho de 1992. Na Bahia e no Espírito Santo a mobilização se dá em torno das iniciativas de se implementarem serviços alternativos de atenção à saúde mental.

A organização do Encontro Nacional e

a proposta de realização de um Encontro Latino-americano, ambos centrados na luta antimanicomial, também foram assuntos tratados. Eis as decisões importantes: de 4 a 8 de setembro próximo, em Salvador, será realizado o Encontro Nacional. Serão abordados os seguintes temas: formação e treinamento de recursos humanos; modelos assistenciais; legislação; participação dos usuários; cultura científica e cultura de massa (como intervir na mídia); a identidade do movimento.

O evento privilegiará espaço para troca de experiências, fazendo uma “feira de produtos antimanicomiais”. Ficou deliberado, também, que o Encontro Nacional será precedido por Encontros Municipais e Estaduais preparatórios. Poderá participar qualquer cidadão interessado, não havendo necessidade de delegação.

As melhores intenções

Acreditar na participação coletiva. Este é o princípio do Fórum Paulistano Permanente de Saúde Mental

Conseguir um espaço para que as entidades envolvidas com a transformação do modelo de saúde ao doente mental discutam novos caminhos, no estado de São Paulo. A partir desta idéia e através do Encontro Municipal de Saúde Mental — participaram 50 representantes, aproximadamente, de vários setores da sociedade — foi criado o Fórum Paulistano, em fevereiro deste ano. Um dos momentos que exemplifica a necessidade dessa criação foi a reunião de várias entidades para apoiar a aprovação de uma emenda — autoria de Roberto Gouveia, deputado estadual (PT) — que propõe o fim, gradativamente, dos manicômios de São Paulo, substituindo-os pelos recursos alternativos. “Para nós esse movimento foi um grande ensaio para o início do Fórum”, comenta Messias Padrão, psiquiatra.

Considerado um elo de ligação das entidades para os profissionais trocarem informações, o Fórum Permanente, hoje, com 17 representantes, estabeleceu algumas condições para sua organização. “Em primeiro lugar era necessário encontrar referências — instituições, pessoas — interessadas na transformação do modelo

assistencial”, informa Messias. Segundo ele, com o reconhecimento e o avanço da luta antimanicomial foram garantidas várias conquistas: a diminuição dos leitos manicomiais no município de São Paulo foi maior — 30,44% — em relação ao estado — 9,40% — e o Brasil — 8,27% no período de 1988 a 1992. Durante estes mesmos anos, a queda no número de internações foi de 23 mil para 15 mil e a construção de hospícios de 21 para 15.

Se o doente mental, atualmente, tem um maior número de lugares de acolhimento, inclusive, com mais qualidade, é porque, entre outros motivos, o número de profissionais — em torno de 1500 — como psicólogos, médicos, terapeutas ocupacionais passaram a ocupar um maior espaço de atuação. Vale ressaltar que 1 milhão e 800 mil pessoas no município de São Paulo sofrem com algum tipo de transtorno mental. Dessas, 19% necessitam de atendimento especializado, segundo dados do Ministério da Saúde em 1990/91. “O próprio Ministério tem interesse e financia de alguma maneira a política alternativa de Saúde Mental”, comenta Messias Padrão.

Defesa

Pensando na garantia e evolução do trabalho conquistado, 15 representantes do Fórum Paulistano se reuniram, no mês passado, com o secretário municipal de saúde, Raul Cutait. “A conversa foi boa, mostrou que ele não tem divergências com o que já foi feito e concordou com o documento que entregamos”, analisa Nacile Daud, psiquiatra. Neste documento, o Fórum propôs algumas sugestões, entre elas, a de continuar acompanhando a reforma psiquiátrica na atual administração.

Conforme Nacile, o secretário encaminhará algumas propostas esclarecendo de que maneira o Fórum pode colaborar. “Depois de discutidas entre os integrantes aceitaremos ou não e poderemos, inclusive, propor algumas alterações”, diz.

Um dos outros objetivos do Fórum, além das reuniões consecutivas para avaliações de trabalho, é se preparar para a revisão Constitucional, em 1994. “Pretendemos estender a todo país as conquistas de São Paulo”, informa Mes-

sias Padrão. E pode não ser tão difícil assim. Em vários estados — Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará — a criação de novos cursos continua acontecendo. “Acho muito importante o engajamento das entidades na discussão e avaliação do processo de transformação do modelo assistencial. Nossa gestão assumiu desde a plataforma, o compromisso e o posicionamento de lutar pela qualidade dos serviços prestados (instituições e profissionais) e os recebidos (a população) no que se refere à saúde mental, comenta Celi Cavallari, psicóloga e conselheira do Conselho Regional de Psicologia.

Apesar das boas intenções, ainda existem práticas terapêuticas atrasadas, justificando a existência de mais de 80 mil leitos manicomiais. Nesse sentido, a preocupação do Fórum paulistano, é em relação à crise econômica, que coloca em risco a sustentação da rede alternativa de Saúde mental. “Mesmo com a ameaça não podemos deixar o nosso trabalho. Aceitamos a colaboração das entidades que queiram participar”, finaliza Messias Padrão.

DADOS SOBRE A SAÚDE MENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

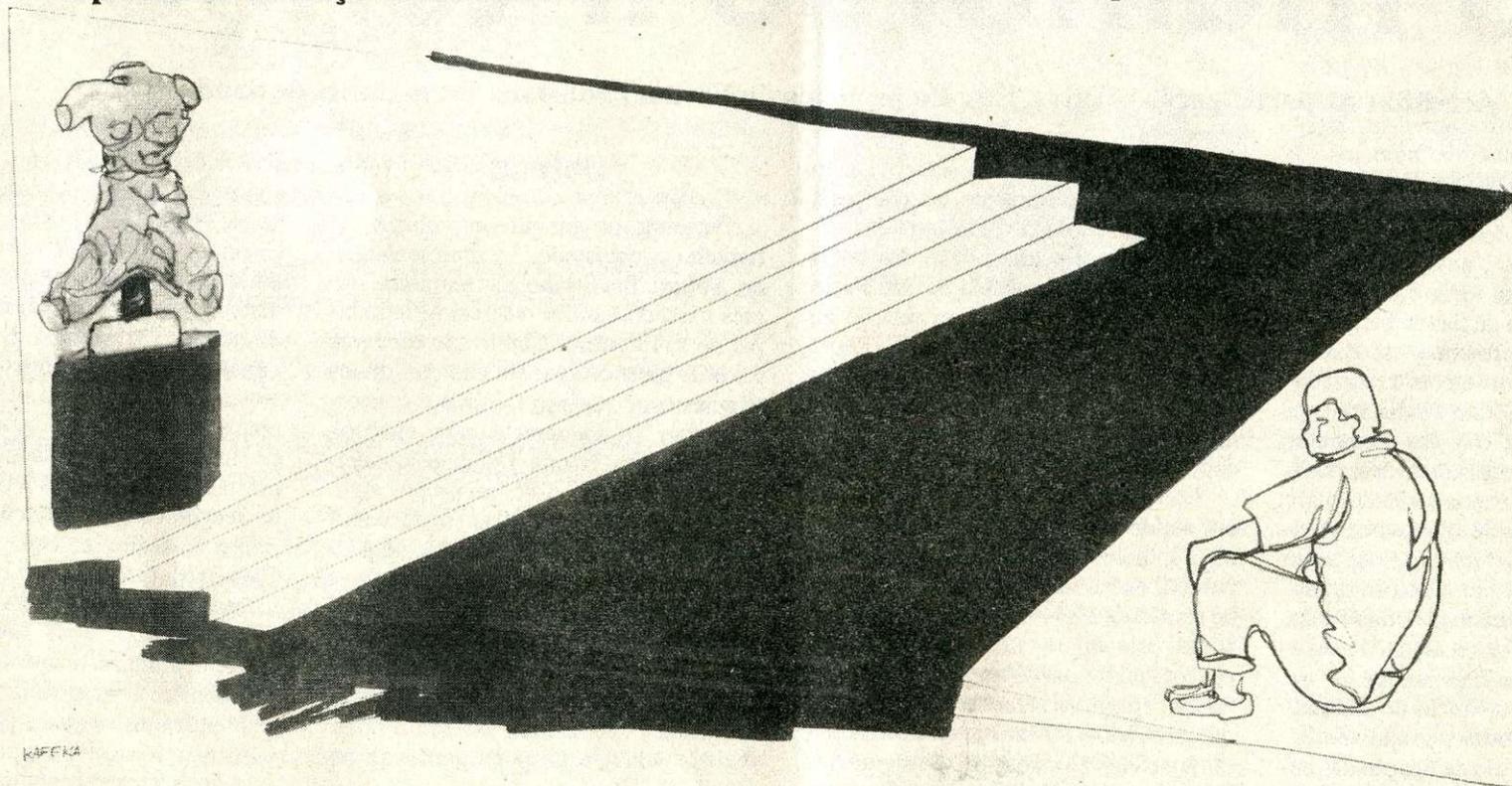
Serviços	1989	1992
Postos de saúde onde houve constituição de equipes de saúde mental	48	129
Hospital Dia	nenhum	13
Centro de Convivência e Cooperativas	nenhum	19
Emergência de Saúde Mental em Prontos Socorro Geral	2	14
Enfermaria de Saúde Mental em Hospital geral	nenhum	3
Enfermarias com Saúde Mental Hospitalar (Psicologia Hospitalar)	nenhum	70
Profissionais de referência em Saúde Mental	124	1405
Diminuição de leitos manicomiais em hospitais psiquiátricos	4658	3240
Número de hospitais psiquiátricos (próprios, contratados e conveniados)	21	15
Número de internação hospitalar psiquiátrico/ano	23.041	15.403

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/1992

TABELA: OSIRES

Um ideal polêmico

A procura da formação universalizante deve ser o núcleo articulador de uma política nacional de educação



Miguel G. Arroyo

Uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional está em tramitação no Congresso. Seu processo de elaboração e suas propostas expressam a sensibilidade democrática da sociedade brasileira nos anos 80, pois refletem os ideais e as lutas do movimento de renovação pedagógica dessa década. Dos avanços que a LDB representa, um eixo central merece destaque: a procura da formação geral, universalizante, única, como núcleo articulador de uma política nacional de educação.

Os termos "educação geral", "fundamental", "básica", estiveram presentes na construção das modernas teorias pedagógicas e dos sistemas de educação escolar. Sua aceitação não tem sido pacífica. A formação geral para todos os cidadãos aparece logo como um conceito político, carregado de preconceitos de classe, gênero e raça.

Os interesses particularistas têm atrasado e limitado os ideais de uma proposta de formação geral, universal; ora porque apela às peculiaridades de gênero para excluir as mulheres, ora porque apela para as velhas dicotomias entre formação popular e formação superior, trabalho intelectual e trabalho manual, educação das elites dirigentes e instrução rudimentar das massas tuteladas.

Esses interesses e preconceitos sócio-político-culturais foram frequentemente legitimados pela própria pedagogia e pelas ciências auxiliares como a sociologia e a psicologia, que apontavam a dicotomia de competência-incompetência e as diferenças de capacidade, inteligência, vocação, dotes, evolução...

A constituição de nosso sistema de ensino e a história das LDBs reflete essas tensões em torno da consolidação de uma proposta de formação geral, direito de

todo o cidadão. Estão distantes (nem tanto) os anos em que o gênero, a raça e a classe eram peculiaridades excludentes desse direito. Ainda que continuem fortemente limitadores, esses preconceitos vêm sendo questionados pelo movimento democrático.

Todas as LDBs afirmam propostas de formação geral nos seus princípios, mas reduziram o sistema de educação escolar a mero instrumento de treinamento no domínio de habilidades específicas para o mercado de trabalho, para a leitura e para a escrita.

Essas ênfases utilitaristas foram descharacterizando a concepção e os conteúdos da proposta de formação geral presente nos clássicos da pedagogia moderna. Até o termo foi eliminado. Em vez de educação básica, fundamental impuseram-se termos restritivos como ensino primário de primeiro grau, segundo grau, profissionalizante, técnico, supletivo. Até na terminologia da pedagogia, da didática e da psicopedagogia, os termos formação humana, formação geral não aparecem. As ênfases recaem sobre processos de ensino-aprendizagem, avanços progressivos, construção individualizada de conceitos, de habilidades e de domínios específicos.

Na teoria e na prática pedagógicas o eixo fundador da educação moderna e dos modernos sistemas de educação foi se perdendo nos meandros dos interesses anti-democráticos. As virtualidades universalizantes, igualitárias e democratizantes do projeto moderno de formação geral foram sufocados.

Há uma diferença marcante entre a Lei 5692 de 1971 e a nova LDB, cujas propostas expressam o grau de participação da sociedade brasileira e o nível de consciência e organização dos profissionais da área. Sua estruturação se pautou na procura

do eixo democratizante, na defesa da formação geral, universal e única. Vejamos alguns indícios de tal procura.

O primeiro indicador pode ser encontrado logo no Artigo 1.º da nova Lei: "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na convivência humana, na vida familiar, no trabalho, nas instituições de ensino."

As propostas da nova LDB expressam o grau de participação da sociedade brasileira

Essa concepção de educação distancia-se da estreiteza do didatismo escolar que reduz o conceito de formação geral a um processo de ensino-aprendizagem de habilidades e disciplinas. O empirismo embutido na organização escolar, e no seu sistema seriado que distribui e recorta o conhecimento em grades, disciplinas, avaliações, reprovações etc. está distante da clássica concepção de formação assumida pela nova LDB.

O segundo indicador da procura do eixo democratizante pode ser encontrado nas repetidas vinculações entre educação escolar e os processos de formação humana. Ainda no artigo 1.º da Lei, ao mesmo tempo em que se enfatiza que "a educação escolar se desenvolve, predominantemente, através do ensino", afirma-se que ela "deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social". A nova LDB reflete, ao longo de todos os capítulos, uma tensão entre reduzir a educação escolar a um processo de ensino e ampliar a educação escolar, vinculando-a aos processos básicos da formação humana.

Tal tensão é um grande avanço, uma vez que se postula a necessidade de buscar uma síntese para os conteúdos do ensino.

Síntese que será encontrada na medida em que os conteúdos sejam vinculados às dimensões centrais da produção do conhecimento, da cultura e da formação do ser humano: o trato com a natureza, com nós mesmos, com os outros — o trabalho e a prática social. Estes são os eixos propostos pela nova Lei.

O terceiro indicador da centralidade dada pela LDB à formação geral está no alargamento da concepção de educação básica. Até a década de 70, esta se reduzia ao ensino primário, na faixa etária de 7 a 10 anos. A Lei 5692 de 1971 alargou esse período para oito anos — 7 a 14 —, compreendendo o atual primeiro grau.

Os artigos 26 e 27 da LDB estabelecem que a educação básica compreenderá a educação infantil — de 0 a 6 anos; o ensino fundamental, com duração mínima de 8 anos (sem limitar o direito aos 14 anos); o ensino médio — posterior ao fundamental e com duração mínima de 3 anos.

Alguns aspectos são fundamentais. O alargamento do direito à educação básica implica: reconhecer a infância como tempo específico de formação humana e assumir a centralidade formadora do ensino médio como componente da formação básica e não como mero adestrador de habilidades para o vestibular.

Finalmente, um ponto importante para a nossa realidade social: não impor limites de faixa etária para o direito do cidadão à formação básica.

Agora, resta esperar que os particularismos, a tradição empiricista das ciências da educação e a rigidez da velha estrutura e cultura escolar não inviabilizem o que há de mais renovador na lei.

Miguel G. Arroyo, especialista na área de educação, é docente da Universidade Federal de Minas Gerais.